

JAIBA 9 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

**Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020**

Índice

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019*(Em milhares de Reais)*

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	<u> </u>
			(não auditado)				(não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	5	4.016	147	Fornecedores	11	20.146	12
Impostos a recuperar	7	2	-	Imposto de renda a pagar	12	-	-
Adiantamento a fornecedores	6	29.594	-	Contribuição Social a pagar	12	-	-
		<u> </u>	<u> </u>	Obrigações tributárias	12	203	-
Total do ativo circulante		33.612	147	Arrendamento	10	569	-
		<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	<u> </u>
Partes relacionadas	8	5.453	-	Total do passivo circulante		20.918	12
Imobilizado	9	50.037	1.327			<u> </u>	<u> </u>
Direito de uso	10	5.392	-	Financiamentos	13	41.356	-
		<u> </u>	<u> </u>	Partes relacionadas	8	875	-
Total do ativo não circulante		60.882	1.327	Arrendamento	10	4.122	-
		<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	<u> </u>
				Total do passivo não circulante		46.353	-
						<u> </u>	<u> </u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	23.017	1.165
				AFAC		4.311	362
				Prejuízos acumulados		(105)	(65)
						<u> </u>	<u> </u>
				Total do patrimônio líquido		27.223	1.462
						<u> </u>	<u> </u>
Total do ativo		94.494	1.474	Total do passivo e patrimônio líquido		94.494	1.474
		<u> </u>	<u> </u>			<u> </u>	<u> </u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	15	(44)	(55)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(44)	(55)
Receitas financeiras	16	10	10
Despesas financeiras	16	(3)	(1)
Resultado financeiro líquido		7	9
Outras Despesas Operacionais		(2)	-
Operações Descontinuadas		(1)	-
Resultado antes dos impostos		(40)	(46)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(40)	(46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(40)	(46)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(40)	(46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		1.165	(18)	1.147
Integralização de capital		-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	(46)	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		1.165	(64)	1.101
Integralização de capital	14	21.851	-	21.851
Prejuízo líquido do exercício		-	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		23.016	(104)	22.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Resultado antes dos tributos		(40)	(46)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros e encargos	13	442	-
Juros sobre arrendamento	10	135	-
Amortização do direito de uso	10	43	-
		580	(46)
Variações em:			
Partes relacionadas	8	(4.578)	-
Adiantamento a fornecedores	6	(29.594)	-
Impostos a recuperar	7	(2)	-
Fornecedores	11	20.146	12
Obrigações tributárias	12	203	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(13.245)	(34)
Pagamento de IR e CS		-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(13.245)	(34)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(28.567)	(1.072)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(28.567)	(1.072)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamento	10	879	-
Captação de financiamentos	13	40.913	-
Aumento de capital	14	22.362	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-
Caixa líquido proveniente das atividade de financiamento		64.154	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		22.342	(1.106)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	147	907
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	4.016	147
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		3.869	(760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document Classification: KPMG Public

1. Contexto operacional

A JAIBA 9 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976 e constituída no Brasil em 12 de junho de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades como uma sociedade Geradora de Energia Solar. A Companhia é controlada integralmente por Jaíba Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se manteve em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores. Não há previsão para o início das operações.

1.1. Covid-19

A companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação.

2 Base de preparação a apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base de mensuração:

(b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Para ativos mensurados ao custo amortizado, o Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da companhia. A companhia aplicou a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. A companhia aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de hedging que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o

passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

a. Projeto em Andamento

Os valores empenhados na construção do parque fotovoltaico são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inicialmente, a companhia classificava tais custos como “Ativo Intangível”. Para melhor representar a essência da operação, em 2020 optou-se por reclassificar para “Imobilizado em Andamento”.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para constituição de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos com vida útil definida são depreciados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de depreciação de um ativo de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de depreciação, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam:

(i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4 Estimativas e premissas contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019
ITAU	2.773	146
BANCO DO BRASIL - CONTA CUSTODIA	-	1
BANCO BRADESCO 2	12	-
BANCO DO NORDESTE BRASILEIRO	1	-
BANCO DO NORDESTE CDB 2	1.230	-
TOTAL	4.016	147

5.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Itaú, consolidada à Conta Corrente, classificada como Caixa e Equivalentes de Caixa por ser de liquidez imediata e não estar sujeita a grandes variações de valor. Tem o reconhecimento, seu rendimento e despesas no resultado, em regime de competência, conforme demonstrativo entregue pelo banco.

	2020	2019
Banco Itaú	538	146
Banco do Brasil - Conta Custódia	-	1
Banco Bradesco 2	13	-
Banco do Nordeste Brasileiro	2	-
Banco do Nordeste CDB 2	1.230	-

5.2 Avaliação dos Instrumentos Financeiros

Aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

5.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	20.146	20.146	-	-	-

6 Adiantamento a fornecedores

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	29.594	

7 Impostos a recuperar

	2020	2019
Impostos a recuperar	2	

8 Transações entre partes relacionadas

A companhia mantém saldos a receber com empresas do mesmo grupo, usualmente eliminados no mês subsequente.

	2020	2019
Partes Relacionadas	5.453	

9 Imobilizado em andamento

O valor registrado neste grupo equivale a todas as despesas necessárias para a construção da usina. Após a conclusão do projeto, o saldo será reclassificado integralmente para Ativo Imobilizado.

	2020	2019
Projeto em Andamento	50.037	1.327

10 Direito de Uso - Aluguel

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

	2020	2019
Direito de Uso	5.435	
Depreciação - Direito de uso	-43	
Aluguel a pagar	-4.691	

11 Fornecedores e outras obrigações

	2020	2019
Fornecedores de Serviços	20.146	12

12 Impostos a Recolher

	2020	2019
Irrf a Recolher - Pessoa Jurídica	11	-
CSRF a Recolher	15	-
INSS Retido a Recolher	115	-
ISS Retido a Recolher	62	-
	203	

13 Financiamentos

A Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), mediante abertura de crédito no valor de R\$ 62.214, que deverá ser integralmente creditado ao longo do exercício de 2021.

Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento Final
Financiamentos BNB	1,55% a.a.	15/02/2042
Total		41.356
Circulante		-
Não Circulante		41.356

A movimentação do financiamento aconteceu da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Juros incorporados a dívida	443
Captação	40.913
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.356

Obrigações Contratuais - *Covenants*

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicável a esse tipo de operação. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

Garantias

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantia fianças bancárias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

14 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 23.017 (R\$ 1.165 em 31 de dezembro de 2019), além de R\$ 4.311 registrados em 31 de dezembro de 2020 como AFAC, com o total representado por 27.327.879 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Jaíba Solar Holding, detentora de 100% das ações.

15 Gerais e administrativas

	2020	2019
Serviço de Terceiros	26	16
Serviço de Contabilidade	17	35
Serviços Advocatícios	-	3
Despesas com Cartório	-	1
Despesas não dedutíveis	1	-
	44	55

16 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Despesas Financeiras	-3	-1
Receita com Aplicações Financeiras	10	10
	7	9

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os Impostos e contribuições diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a reserva de reavaliação na extensão em que a sua realização seja provável.

18 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Ativos financeiros	2019	2020
	Valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	147	4.016
Passivos financeiros	Custo	
Fornecedores	12	20.146

19 Contingências

A companhia não possui em 31 de dezembro de 2020 e 2019 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

20 Compromissos Futuros

Aluguel - Contrato firmado com **AMD Participações Ltda**, calculado **R\$1** ao mês adicionado de 1,5% da receita líquida de geração de energia. Compromisso para 2021: **R\$ 12**

21 Eventos Subsequentes

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

- Atraso no início e por consequência na conclusão da construção do parque fotovoltaico;
- Risco de atraso no início das atividades comerciais.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e/ou adotando as seguintes medidas:

21.1 No Estado do Ceará, há vários atos, que impõe medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

21.2A Companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a companhia notificou força maior a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.